



Fundação Valeparaibana de Ensino

CNPJ nº 60.191.244/0001-20 - Inscrição Estadual: 645.070.494-112 - Inscrição Municipal: 10.083

Pça Cândido Dias Castejón, 116 - Centro - São José dos Campos - SP - CEP 12245-720

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	23.408	23.321
Caixa restrito	3	747	1.274
Títulos e valores mobiliários	4	30.375	32.369
Contas a receber de alunos	5	18.537	17.503
Outras contas a receber	5.1	9.556	9.345
Estoques		112	118
Total ativo circulante		82.735	83.930
Não circulante			
Caixa restrito	3	184	166
Contas a receber de alunos	5	9.371	10.032
Deprejuízos judiciais	12	276	530
Propriedades para investimentos	6	14.383	14.729
Ativo imobilizado	7	152.034	152.240
Total do ativo não circulante		176.246	177.697
Total do ativo		258.981	261.627

Passivo e patrimônio líquido			
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores		967	1.417
Empréstimos e financiamentos	8	1.250	1.354
Salários e encargos sociais	9	8.939	8.514
Recursos destinados à inovação tecnológica	10	933	1.481
Matrículas recebidas antecipadamente		3.740	3.390
Receita a apropriar		240	240
Outras contas a pagar		603	462
Total passivo circulante		16.672	16.858
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	938	2.188
Subvenção	11	6.589	6.763
Provisão para riscos trabalhistas	12	6.052	4.953
Outras contas a pagar		65	965
Receita a apropriar		600	840
Total do passivo não circulante		14.244	15.709
Patrimônio líquido	13		
Patrimônio social		144.493	142.192
Reserva de reavaliação		84.192	84.567
(Déficit) / Superávit acumulado		(620)	2.301
Total do passivo e do patrimônio líquido		228.065	229.660
		258.981	261.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávit/(Déficit) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	103.487	84.943	38.705	227.135
Destinação do superávit do ano anterior ao patrimônio social	38.705	-	(38.705)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(376)	376	-
Superávit do exercício	-	1.925	-	1.925
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	142.192	84.567	2.301	229.060
Destinação do superávit do ano anterior ao patrimônio social	2.301	-	(2.301)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(375)	375	-
(Déficit) / Superávit do exercício	-	-	(995)	(995)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	144.493	84.192	(620)	228.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Informações gerais:

A Fundação Valeparaibana de Ensino, pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa e voltada à Assistência Social na área da Educação, declarada de utilidade pública, nos âmbitos: Estadual (Lei nº 1.702/78) e Municipal (Lei nº 1.420/67), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, está em pleno e regular funcionamento desde sua instituição em 24 de agosto de 1963, no cumprimento de suas finalidades; é imune de tributos sobre seu patrimônio, rendas e serviços, nos termos da alínea "c" do inciso VI do art. 150, da Constituição Federal do Brasil, e atende às exigências legais para usufruir da imunidade tributária, em consonância com o Código Tributário Nacional e também de isenções/imunidades fiscais. A Fundação possui a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social-CEBAS na área da educação, com vigência de 27 de maio de 2020 a 26 de maio de 2023, nos termos da Portaria nº 523, de 10 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2022; requereu a renovação no Ministério da Educação, por meio do processo protocolado tempestivamente sob o nº 23000.03472/2022-32, em 06 de dezembro de 2022, o qual se encontra sob o aguardo de análise, possuindo, portanto, nos termos da legislação vigente (artigo 37, §2º da LC 187/2021 e artigo 14 do Decreto nº 11.791 de 21 de novembro de 2023, certificado auto). Nos termos estatutários, as demonstrações contábeis são submetidas à análise e parecer do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, para posterior deliberação do Conselho Curador e, sendo aprovada, é remetida ao Ministério Público do Estado de São Paulo-Curadoria de Fundações.

Práticas ambientais, sociais e de governança:

Pensar e atuar de maneira sustentável é um valor que praticamos em todos os níveis de ensino, juntamente com nossos colaboradores. Nossas ações ambientais estão focadas na educação ambiental, pois acreditamos que a mudança no comportamento tem o poder de transformação na trajetória de um mundo sustentável. Todos os resíduos gerados pela FVE são segregados e destinados de acordo com a sua natureza, tendo sempre a reciclagem como primordial. O respeito ao Meio Ambiente é um dos princípios da FVE, sendo parte de nosso compromisso a construção de um futuro sustentável. Nesse sentido, vale ressaltar que a instituição possui mais de 1.533.611,00m² entre áreas de recuperação e preservação.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente em todos os exercícios apresentados. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação em 23 de abril de 2025.

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação:

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas a entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), considerando a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07, aprovada pela Resolução nº 1.305/2010 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Interpretação Técnica Geral ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 (CEBAS), e Decreto nº 11.791/2023, que regulamenta a referida LC 187/2021.

2.1.1 Moeda funcional e moeda de apresentação:

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda oficial do país e funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2 Base de elaboração:

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra maneira, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.1.3 Demonstrações dos fluxos de caixa:

A entidade sem finalidade de lucro deve apresentar a Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

2.1.4 Continuidade:

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos de até 90 dias ou menos a partir da data de sua aplicação e com risco insignificante de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Este cálculo, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

2.3. Caixa restrito:

Incluem numerários com utilização restrita para desembolsos com gastos em projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica (nota 3), oriundos de plano de aplicação definidos em comum acordo com agências de fomento e, portanto, não podem ser utilizados nas operações da Fundação.

2.4. Títulos e valores mobiliários:

Títulos e valores mobiliários estão representados por aplicações em fundos de investimento com prazo de resgate superior a 90 dias da data da aplicação e/ou mantidas até o vencimento, acrescidas dos rendimentos auferidos "pro rata temporis", são classificadas como destinadas à negociação e depositadas em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de rating.

2.5. Ativos e passivos financeiros:

a) Ativos financeiros não derivativos:
A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo exprimir, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra ou venda de ativos financeiros em seus valores justos de acordo com a gestão de risco documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no superávit (déficit) do exercício quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no superávit (déficit) do exercício.

b) Empréstimos e recebíveis:

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de alunos e outras contas a receber.

c) Passivos financeiros:

A Fundação reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Fundação utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, matrículas recebidas antecipadamente e outras contas a pagar. Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos:

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no superávit (déficit) do exercício quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no superávit (déficit) do exercício. A Fundação não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.6. Contas a receber:

As contas a receber de alunos correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços educacionais. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A partir de 2016 a instituição concedeu ao aluno um período de participação em seu valor justo denominado "Programa de Crédito Educativo Instituído pelo PROCRED", com o propósito de oferecer uma alternativa de pagamento para o aluno que não obteve o FIES, PROUNI e bolsas institucionais. O produto tem como objetivo financiar o percentual limitado a 40% do valor das mensalidades. O cálculo do valor presente é efetuado para

cada transação com base numa taxa de juros que reflète o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Fundação registrou ajustes a valor presente em sua carteira de benefício de pagamento futuro nas parcelas vincendas.

2.7. Estoques:

Compreendem substancialmente itens de almoxarifado e são demonstrados em custo menos a depreciação. Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme nota explicativa nº 7. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando necessário. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação de seus resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas / Outras despesas" no superávit (déficit) do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no superávit (déficit) quando incorridos. A Fundação reavaliou parte de seus bens do ativo imobilizado (terrenos, edificações, móveis e utensílios, veículos e equipamentos técnicos), de acordo com laudo de avaliação emitido por peritos independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O ajuste de reavaliação à época de R\$ 95.179 mil, foi reconhecido no patrimônio líquido, tendo como contrapartida as respectivas contas do ativo imobilizado. A reserva de reavaliação é realizada de acordo com a vida útil dos bens do ativo imobilizado.

2.8. Propriedades para investimento:

Registradas ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada foram reclassificadas da rubrica imobilizados, conforme estratégia de investimento da Fundação. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, avaliados em laudo técnico. A Fundação revisa o valor contábil de seus bens para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.9. Depósitos judiciais:

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

2.10. Ativo imobilizado:

Está demonstrado ao custo de aquisição ou ao custo reavaliado. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as instalações onde estão localizados os campi da Fundação. Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme nota explicativa nº 7. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando necessário. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação de seus resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas / Outras despesas" no superávit (déficit) do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no superávit (déficit) quando incorridos. A Fundação reavaliou parte de seus bens do ativo imobilizado (terrenos, edificações, móveis e utensílios, veículos e equipamentos técnicos), de acordo com laudo de avaliação emitido por peritos independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O ajuste de reavaliação à época de R\$ 95.179 mil, foi reconhecido no patrimônio líquido, tendo como contrapartida as respectivas contas do ativo imobilizado. A reserva de reavaliação é realizada de acordo com a vida útil dos bens do ativo imobilizado.

2.11. Redução ao valor recuperável (Impairment): Ativos não financeiros:

No fim de cada exercício, a Administração da Fundação revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o valor recuperável individual de um ativo, a Fundação calcula o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no superávit (déficit) do exercício.

2.12. Fornecedores:

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Matrículas recebidas antecipadamente:

As receitas diferidas decorrem de recebimento antecipado do aluno referente às matrículas e são apropriadas ao resultado de acordo com o termo do contrato.

2.14. Empréstimos e Financiamentos:

Os Empréstimos e Financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no superávit (déficit) do exercício durante o período em que os Empréstimos e Financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os Empréstimos e Financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Fundação tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.15. Provisões:

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflète o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A provisão para riscos trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda.

2.16. Patrimônio líquido:

O patrimônio líquido é formado pelo superávit ou déficit acumulados, acrescido da parcela remanescente da reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado e acervo social originado de outros bens recebidos em doações.

A Fundação recebe subvenção governamental da Petrobras Brasileiro S.A. - PETROBRAS-Projetos-PETROBRAS, e a reconhece a título de subvenção apenas quando existe uma garantia razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições para a concessão. Os valores fornecidos pela PETROBRAS são registrados na rubrica "Recursos destinados à inovação tecnológica" até que a Fundação conclua o desenvolvimento de projetos relacionados. Após a aprovação concedida, a Fundação reclassifica a parte de subvenção originalmente registrada como "Recursos destinados à inovação tecnológica" para a rubrica "Subvenção" no passivo não circulante, a qual será reconhecido no resultado junto com as despesas de depreciação e o amortização do ativo imobilizado e/ou intangível, para o qual o subsídio foi concedido.

2.18. Apuração do resultado:

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

2.19. Reconhecimento da receita:

A receita compreende o valor justo de contratação recebida ou a receber pela prestação dos serviços. A Fundação reconhece a receita quando: (i) seu valor puder ser mensurado com segurança; (ii) for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Fundação; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades, conforme descrição a seguir. A Fundação baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o perfil dos alunos, tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado.

2.20. Receitas de prestação de serviços educacionais:
A receita compreende o valor justo de contratação recebida ou a receber pela prestação dos serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos concedidos. As receitas de prestação de serviços educacionais da Educação Superior e Educação Básica são fixadas nos termos da Lei nº 9.870/99-Decreto nº 3.274/99, e são reconhecidas mensalmente, quando tais serviços são prestados.

2.21. Outras receitas:

Correspondem substancialmente a receitas de cessão de espaço físico da Fundação a taxas apropriadas no resultado à medida que são auferidas, bem como receita de convênios destinados à pesquisa científica e à inovação tecnológica mantida com entidades financeiras de pesquisas e apropriadas ao superávit (déficit) do exercício em que os serviços são prestados.

2.22. Receitas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber por mensalidades em atrasos e renegociadas. São reconhecidas conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um ativo financeiro, a Fundação reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado de acordo com a taxa contratual, descontado à taxa livre de risco de mercado.

Ações assistenciais na área de Educação:

Os custos e gastos dos Programas de Assistência Social, inseridos nas ações e medidas assistenciais na área da Educação, conforme o Plano de Atendimento 2023/2026 (sem computar o Programa de Bolsas de Estudo) são registrados e que se encontra detalhado na nota explicativa no 19), são registrados em conta específica na demonstração do superávit (déficit) do exercício, quando incorridos.

Novas normas e pronunciamentos contábeis:

Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Entidade que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado.

Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Anuidades de educação superior e básica	14	90.515	84.671
Receita operacional líquida	14	90.515	84.671
Custo dos serviços prestados	15	(77.851)	(71.608)
Resultado bruto	12.664	13.063	
Receitas/(Despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	16	(19.646)	(18.513)
Depreciação de bens do imobilizado e propriedade para investimentos	16	(3.962)	(3.592)
Outras receitas	17	19.474	18.349
Déficit antes do resultado financeiro	16	(18.263)	(18.169)
Resultado financeiro líquido	18	8.733	(8.862)
(Déficit) / Superávit do exercício	(995)	1.925	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)

	2024	2023
(Déficit) / Superávit do exercício	(995)	1.925
Outros resultados abrangentes	375	376
Resultado abrangente do período	(620)	2.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito:

	2024	2023
Caixa (a)	27	33
Conta corrente (a)	36	91
Certificados de depósito bancário (a)	23.345	23.193
Total de caixa e equivalentes de caixa	23.408	23.317
Caixa restrito ativo circulante (b)	747	1.278
Caixa restrito ativo não circulante (b)	184	166
Total do caixa restrito	931	1.444
24.339	24.761	

A Rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", registrada no valor de R\$ 23.408 em 2024 (R\$ 23.317 em 2023), corresponde às disponibilidades em espécie, contas correntes bancárias e aplicações em CDB, depositados em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de rating, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações em CDBs são atualizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), remunerados às taxas que se aproximam de 100% desse indexador; representa os numerários com utilização restrita para desembolsos com gastos em projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica, mediante plano de aplicação específico e, portanto, não podem ser utilizados nas operações de ensino e Administração da Fundação. A composição desses numerários restritos é assim demonstrada:

	2024	2023
Numerários em conta corrente	5	4
Certificados de Depósitos Bancários-CDB	-	-
Títulos e valores mobiliários-Fundos de Investimento	926	1.440
931	1.444	

Circulante 747 1.278
Não circulante 184 166
931 1.444

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados líquidos do caixa restrito, conforme segue:

(continuação)

(a) Perdas possíveis jurídico:

Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as perdas possíveis não são registradas por serem considerados passivos contingentes. A Fundação possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e com base na avaliação de seus consultores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2024	2023
Tributárias	4.165	9.891
Cíveis-perdas e danos	20	5
	4.185	9.896

13. Patrimônio líquido:

O patrimônio social incluído no patrimônio líquido é formado pelos superávitos ou déficits acumulados apurados. O superávit (déficit) do exercício anterior é transferido para a Rubrica "Patrimônio social" e compõe o saldo inicial dessa rubrica no exercício seguinte. O saldo remanescente da reserva de reavaliação decorre da valorização imobiliária e patrimonial de terrenos, edificações, móveis e utensílios, equipamentos técnicos e de informática e veículos, apurada mediante avaliação realizada por empresa especializada e aprovada pelo Conselho da Fundação em 11 de novembro de 2004. A reavaliação da reserva ocorre na mesma proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados e é transferida para superávit (déficit) acumulado. Os órgãos superiores da Fundação compreendem os Conselhos Curador, Administração e Fiscal e a Presidência. Na forma de seu estatuto, a Fundação não remunera nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, direta ou indiretamente, aos membros dos órgãos superiores, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas. A Fundação não realizou nem realiza operações com partes relacionadas.

14. Receita líquida de serviços prestados:

	2024	2023
Anuidades de educação:		
Ensino superior	98.522	87.441
Ensino básico	40.021	35.017
Bolsa de estudo Prouni	(17.498)	(14.471)
Bolsa de estudo institucional superior	(2.716)	(2.209)
Bolsa de estudo institucional básico	(5.903)	(5.327)
Descontos concedidos superior	(16.313)	(12.317)
Descontos concedidos básico	(5.419)	(3.790)
Cancelamentos superior	(124)	(102)
Cancelamentos básico	(55)	(80)
	90.515	84.671

15. Custos de serviços prestados:

Descrição	2024	2023
Salários	(58.795)	(55.061)
Encargos	(6.220)	(4.882)
Benefícios	(12.836)	(11.665)
Total	(77.851)	(71.608)

No ano letivo de 2024, a instituição firmou acordo com o sindicato patronal referente ao dissídio de seus colaboradores. Para a Educação Básica, foi aplicado um reajuste de 5% em março, além de um abono de 18% em setembro. No Ensino Superior, conforme o dissídio da categoria, o reajuste total foi de 4,24% ao longo do ano, dividido em 3,44% em julho/24 e 0,8% em setembro.

Educação Superior COM PROUNI

	2024	Valores R\$ (mil)	2023	Valores R\$ (mil)
Total de alunos matriculados (a)	4.151	98.522	3.749	87.441
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	66	1.634	72	1.552
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005-PROUNI)	495	12.450	450	9.343
Alunos bolsa integral (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)	-	-	-	-
Número total de alunos com bolsa integral (LC 187/2021) (b)	561	14.084	522	10.895
Outras bolsas integrais (c)	181	4.081	158	3.939
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (d)	477	5.380	460	3.914
Alunos inadimplentes (e)	17	157	28	302
Alunos Pagantes: (a)-(b)-(c)-(d)-(e)	2.915	74.820	2.581	68.391
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	82	634	65	634
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005-PROUNI)	331	4.288	373	4.110
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)	-	-	-	-
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	413(2 = 206)	4.922	438(2 = 219)	4.738
Outra bolsas parciais	-	-	-	-
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	-	-	-	-
Verificação do atendimento aos artigos 13,13-A e 13-B da LC 187/2021	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (educação superior sem PROUNI-1/4)	Atende	Atende	Atende	Atende
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atende	Atende	Atende	Atende
Benefícios complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	-	-	-	-

Educação básica

	2024	Valores R\$ (mil)	2023	Valores R\$ (mil)
Total de alunos matriculados (a)	2.557	40.021	2.390	35.617
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	198	2.762	192	2.523
Alunos com bolsa integral com deficiência (LC 187/2021)	-	-	-	-
Alunos c/ bolsa integral e em tempo integral (LC 187/2021)	103 (x1,4 = 144)	2.000	85 (x1,4 = 119)	1.644
Número total de alunos c/ bolsa integral (LC 187/2021) (b)	301(342)	4.762	277(311)	4.167
Outras bolsas integrais (c)	183	2.806	188	2.759
Alunos inadimplentes (e)	106	1.074	45	479
Alunos Pagantes: (a)-(b)-(c)-(d)-(e)	1.967	35.840	1.880	32.102
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	151	1.051	151	1.015
Número total de alunos c/ bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	151 (2 = 75)	1.051	151 (2 = 75)	1.015
Outra bolsas parciais	-	-	-	-
Benef. complementares convertidos em bolsa integral	4	69	7	112
Verificação atendimento aos artigos 13,13-A, 13-B da LC 187/2021	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (educação superior s/PROUNI-1/4)	Atende	Atende	Atende	Atende
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atende	Atende	Atende	Atende
Benef.complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	-	-	-	-

Fundação Valeparaibana de Ensino

em janeiro/25, com o pagamento de um abono de 7,5% sobre o salário base bruto em julho/24, decorrente da antecipação salarial de 3,44% concedida nos meses de maio e junho/24.

16. Despesas comerciais, gerais e administrativas:

Descrição	2024	2023
Pessoal e encargos sociais	(19.646)	(18.513)
Serviços de Terceiros	(4.691)	(3.764)
Comercial publicidade e propaganda	(1.382)	(1.350)
Material didático	(1.763)	(702)
Energia elétrica, água e esgoto	(1.595)	(1.931)
Manutenção e conservação	(1.789)	(1.622)
Outras despesas gerais e administrativas	(3.137)	(4.314)
Contribuições a Associações	(706)	(655)
Aluguéis de equipamentos	(602)	(570)
Provisão trabalhista	(1.431)	(440)
Material de uso e consumo	(1.557)	(1.486)
Depreciação e amortização	(3.962)	(3.592)
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	410	(1.337)
Total	(41.871)	(40.275)

17. Outras receitas operacionais:

Descrição	2024	2023
Prestação de serviços	4.528	3.894
Pis 1º s/ folha pagto Proc. 5000465-64.2016.4.03.6103	770	817
Taxa de material e administrativa	5.508	4.518
Contribuições fundo de pesquisa	6.401	5.785
Ressarcimento de despesas	1.381	2.479
Doações e contribuições	612	508
Outras receitas	19.474	18.308
Total	39.474	38.308

18. Resultado financeiro:

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.997	7.291
Juros e multas de anuidades em atraso	3.504	4.602
Atualização monetária	36	(79)
	9.537	11.814

Despesas financeiras

Juros e multas	(434)	(671)
Desconto Concedidos	-	(2)
Outras despesas financeiras	(364)	(353)
	(798)	(1.026)

Resultado financeiro líquido

	2024	2023
19. Gratuidades: Evidenciação de Alunos matriculados, pagantes e bolsistas:		
O cálculo da gratuidade da Entidade está demonstrado em conformidade com a Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, e pelo Decreto nº 11.791 de 21 de novembro de 2023, com base na proporção entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos pagantes, na proporção de 1/9 e 1/5, conforme determina a legislação mencionada. Utilizada a Calculadora Social, a Fundação em 2024 e 2023 cumpriu a exigência legal, conforme o quadro seguinte:		

	2024	Valores R\$ (mil)	2023	Valores R\$ (mil)
Total de alunos matriculados (a)	4.151	98.522	3.749	87.441
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	66	1.634	72	1.552
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005-PROUNI)	495	12.450	450	9.343
Alunos bolsa integral (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)	-	-	-	-
Número total de alunos com bolsa integral (LC 187/2021) (b)	561	14.084	522	10.895
Outras bolsas integrais (c)	181	4.081	158	3.939
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (d)	477	5.380	460	3.914
Alunos inadimplentes (e)	17	157	28	302
Alunos Pagantes: (a)-(b)-(c)-(d)-(e)	2.915	74.820	2.581	68.391
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	82	634	65	634
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005-PROUNI)	331	4.288	373	4.110
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)	-	-	-	-
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	413(2 = 206)	4.922	438(2 = 219)	4.738
Outra bolsas parciais	-	-	-	-
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	-	-	-	-
Verificação do atendimento aos artigos 13,13-A e 13-B da LC 187/2021	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (educação superior sem PROUNI-1/4)	Atende	Atende	Atende	Atende
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atende	Atende	Atende	Atende
Benefícios complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	-	-	-	-

20. Adução das receitas com as despesas com pessoal:

A Fundação aplicou 68 % de sua Receita de mensalidades/anuidades educacionais em Custos/Despesas com Pessoal Docente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 e parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação, demonstrado a seguir:

	2024	2023
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais superior	78.307	70.770
Receitas de mensalidade com gratuidades-Bolsas	20.215	16.771

(j) Deduções das receitas

Bolsas de estudos Prouni-Integrais 100%	(13.000)	(10.040)
Bolsas de estudos Prouni-Parciais 50%	(4.499)	(4.341)
Bolsas de estudos Institucionais-Integrais 100%	(1.803)	(1.625)
Bolsas de estudos Institucionais-Parciais 50%	(914)	(674)
Outras bolsas de estudo	(4.895)	(4.643)
Douloções e cancelamentos	(124)	(102)
Descontos concedidos	(16.313)	(12.317)

(m) Receitas líquidas de mensalidades / anuidades educacionais

Custos / Despesas com pessoal Docente	38.617	35.663
Percentual de adequação	68%	67%

21. Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro:

As atividades da Fundação a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Visando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, o departamento de finanças da Fundação gerencia os riscos de forma a identificar, avaliar e proteger a entidade de eventuais riscos financeiros.

Parcer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, da Fundação Valeparaibana de Ensino, nos termos do art. 29 do Estatuto da FVE, após examinar o Balanço Patrimonial da Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2024 e as correspondentes demonstrações do DFC/SUPERVIT dos exercícios, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa e notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, auditadas e com parecer sem ressalvas, dos Auditores Independentes da BDO RCS Auditores Independentes SS, bem como as provas nos registros contábeis e outros procedimentos técnicos e legais julgados necessários, são de opinião de que as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Fundação Valeparaibana de Ensino, pelo que recomendam a sua aprovação pelos órgãos competentes da Fundação.

Dr. Ricardo Augusto Scarpel Presidente
Eliane Fátima de Moraes Conselheira

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como, parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, mas não obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira planejada com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance contábil, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 23 de abril de 2025.
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 027006/O-4 F
Victor Henrique Fortunato Ferreira - Contador CRC 1 SP 223326/O-3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO
ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025 - PROCESSO Nº 025.00009167/2024-14
O Dirigente da U.G.E. 180101 – Gabinete do Secretário e Assessorias, torna público a abertura de licitação na modalidade Pregão sob a forma Eletrônica, que trata da Contratação de serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar-condicionado tipo split e portáteis, com assistência técnica, fornecimento de peças, materiais, insumos, componentes, ferramentas necessárias para a adequada execução dos sistemas de ar-condicionado aroú climatização, ventilação, exaustão e precisão, sem dedicação de mão de obra exclusiva, destinado a atender o Gabinete e Assessorias da Secretaria da Segurança Pública. A realização da sessão dar-se-á em 15 de maio de 2025, às 09h00, no site www.gov.br/compras (Portal de Compras de São Paulo), sendo que o Edital na íntegra e os anexos estão disponíveis às empresas interessadas no site eletrônico: www.pncp.gov.br, observando em específico o termo de Referência. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pelo e-mail: danslicitacoes@sp.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO SEI Nº: 024.00044355/2025-90
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90030/2025
CONTRATANTE (UASG) 090149 – DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO AMBULATORIAL DA CAPITAL-DGAC
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAPEL HIGIÊNICO – ENTREGA PARCELADA
DATA DA SESSÃO PÚBLICA 13/05/2025 ÀS 09:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO/AMOR DESCONTO
MODO DE DISPUTA: ABERTO
PARTICIPACÃO: PREFERÊNCIA ME/EP/EQUIPARADAS- NÃO
EDITAL E SEUS ANEXOS ESTÃO DISPONÍVEIS, NA ÍNTEGRA, NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP), NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [HTTPS://PNCP.GOV.BR/](https://pncp.gov.br/).

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90030/25 - INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA"
Nº Processo: 024.000252/2025-10
Objeto: AQUISIÇÃO DE FOLHAMA, TINTAS E OUTROS MATERIAIS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DESTES INSTITUTO.
Total de Itens Licitados: 31 (TRINTA E UM).
Valor total da licitação: SIGILOSO
Disponibilidade do edital: 28/04/2025
Horário: das 08:00 às 17:59
Endereço: RODOVIA CMTE JOÃO RIBEIRO DE BARROS KM 225/226 - BAURUSP
Link do PNCP: www.gov.br/pncp/pt-br
Entrega das Propostas: a partir de 28/04/2025 às 08:00HRS no site: www.gov.br/compras
Abertura das Propostas: 12/05/2025 às 09:00HRS no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS
11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLINIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.506.928, em 15 de fevereiro de 2024, neste Serviço Registral, **REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE SUACIAPI** (Usucapião Extraordinária – artigo 1.238 do Código Civil), Atas Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **SHEILA WILHOHL**, brasileira, autônoma, portadora da Cédula de Identidade RG nº 20.666.274-9-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 186.621.138-26, casada com GEAN CARLOS RAMOS NASCIMENTO, brasileiro, metalúrgico, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.207.130-8-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 129.635.108-45, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados nesta Capital, na Rua Tartaranhão, nº 213, Jardim Sabiá, CEP 04857-400, **GUILHERME WILHOHL**, brasileiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG nº 35195239-SPP/SP, inscrito no CPF/MF nº 316.797.248-35, casado com AMANDA CORDEIRO WILHOHL, brasileira, auxiliar administrativo, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.283.306-0-SPP/SP, inscrita no CPF/MF nº 399.107.178-05, casados sob o regime da